

PARECER Nº 28/2020

Processo: Projeto de lei nº 24/2020, protocolado sob nº 482, na data de 01/10/2020.

Ementa: *"Dispõe sobre a obrigatoriedade de rastreamento por satélite dos veículos de propriedade ou a serviço da Administração Pública direta e indireta do Município de Bariri e dá outras providências".*

Autoria: Vereador Francisco Leandro Gonzalez.

Interessados: Componentes da Comissão de Justiça e Redação.

I - RELATÓRIO


Trata-se de consulta acerca da constitucionalidade e da legalidade da propositura de nº 24/2020, que determina o rastreamento, via satélite, de veículos de propriedade ou a serviço da Administração Municipal.

Após ter sido regularmente apresentado e instruído, foi encaminhado a este Procurador Jurídico para a elaboração de parecer jurídico, o qual não detém caráter vinculante¹.

II - FUNDAMENTAÇÃO

a) Da competência legislativa.

No que toca à competência para legislar, consigno não haver vício de constitucionalidade, vez que matéria *sub examen* pode ser trabalhada na instância municipal em razão do interesse local, tal prescreve o art. 30, inciso I da Constituição Federal vigente, com esteio no princípio do interesse predominante.



b) Da iniciativa da propositura.

No meu entender, não ocorre vício formal de iniciativa, vez que o conteúdo da propositura passa ao largo das matérias albergados pela iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal: estrutura, atribuição de órgãos e regime jurídico dos servidores públicos, previstos no artigo 39 da Lei Orgânica do Município¹. Aliás, cabe lembrar que o STF, em Agravo no RE nº 878.911-RJ (Tema 917 da tese com repercussão geral), entendeu da seguinte forma acerca de questão parecida:

*Recurso extraordinário com agravo. Repercussão geral. 2. Ação Direta de Inconstitucionalidade estadual. Lei 5.616/2013, do Município do Rio de Janeiro. Instalação de câmeras de monitoramento em escolas e cercanias. 3. Inconstitucionalidade formal. Vício de iniciativa. Competência privativa do Poder Executivo municipal. Não ocorrência. **Não usurpa a competência privativa do chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração Pública, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos.** 4. **Repercussão geral reconhecida com reafirmação da jurisprudência desta Corte.** 5. Recurso extraordinário provido.*

Desse modo, uma vez que o objeto da propositura não está relacionado às matérias afetas à iniciativa privativa do Prefeito, não há que se falar em vício formal.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, ao julgar questão semelhante², levando em conta o julgado supra, declarou a constitucionalidade da obrigação de se instalar sistema de rastreamento em veículos de propriedade ou a serviço da Administração Municipal.

¹ "Art. 39 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre:

I - criação e extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica, bem como a fixação da respectiva remuneração;

II - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração pública;

III - regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores".

² TJ-SP; ADI nº 2260300-80.2018.8.26.0000; Órgão Especial; Des. Rel. Salles Rossi, j. em 08/05/2019.

c) Do conteúdo da proposta.

Neste ponto, não há observações a serem feitas, pois não vislumbro inconstitucionalidade material. Pelo contrário, pois revela o fito de maior transparência com os gastos públicos, vez que ensejará maior controle social.

Quanto a possíveis gastos para a implantação do sistema, há muito o Tribunal Bandeirante entende que tal circunstância não inquina o projeto de lei, de sorte que eventual impossibilidade financeira implicará na postergação de sua execução para o exercício financeiro subsequente.

III - CONCLUSÃO

Ante as razões consignadas, avalio que a proposta em análise é constitucional e legal.

É o parecer, *sub censura*.

Bariri, 16 de outubro de 2020.


Câmara Municipal de Bariri

Pedro Henrique Carlinhato e Silva
Procurador Jurídico
OAB/SP nº 356.521